

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18/2026

PROCESSO 0731/2026

O **MUNICÍPIO DE MARAU/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, nº 658, na cidade de Marau – RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal de Marau **NAURA BORDIGNON**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alberto Borella, n.º179, Apartamento 604, Centro, nesta cidade de Marau – RS, doravante denominado **MUNICÍPIO** e, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na Rua, nº- Bairro na cidade de, CEP, representada, neste ato, por, inscrita no CPF sob o nº doravante denominado **DETENTOR DO PREÇO**, têm justo e acordado esta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2026**, com fundamento no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1.0. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a *Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma de abrigos de ônibus existentes e fornecimento, com instalação, de novos abrigos de ônibus, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Marau/RS*, especificada no edital de **Pregão Eletrônico nº 28/2026 Registro de Preços nº 18/2026**, e seus anexos, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.0. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade máxima de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<i>Item</i>	<i>Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>					
	<i>Descrição</i>	<i>Unid.</i>	<i>Quant.</i>	<i>Marca</i>	<i>Valor unitário</i> R\$	<i>Valor total</i> R\$

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. Após o prazo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, o **DETENTOR DO PREÇO** deverá estar **apto a receber as ordens de serviço e/ou fornecimento**, observadas as condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital.

3.1.1. Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados e/ou bens fornecidos, que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no Edital. Neste caso, o **DETENTOR DE PREÇO** ficará obrigado a corrigir as irregularidades, no prazo máximo de **03 (três) dias consecutivos**, contados da comunicação da Secretaria Municipal solicitante ou do Fiscal do Contrato, sem custo adicional para o Município.

3.1.2. No caso de descumprimento dos prazos determinados para a fiel execução do objeto desta contratação, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

3.1.3. Ao **DETENTOR DE PREÇO** caberá indenizar terceiros e ao Município quanto aos possíveis danos decorrentes de dolo ou culpa ocorridos durante a prestação dos serviços, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.4. O **DETENTOR DE PREÇO** deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

3.2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTOS

3.2.1. A execução dos serviços e o fornecimento dos abrigos de ônibus deverão ocorrer em conformidade com as disposições do Termo de Referência, do Edital e do Projeto anexo, sendo de responsabilidade do **DETENTOR DE PREÇO** o fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto.

3.2.2. Os serviços e fornecimentos serão solicitados de forma parcelada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária, não havendo obrigatoriedade de contratação da totalidade dos quantitativos registrados.

3.2.3. O prazo para execução dos serviços e para o fornecimento com a devida instalação dos abrigos será de, no máximo, **25 (vinte e cinco) dias consecutivos**, contados do recebimento da respectiva ordem de serviço ou de fornecimento emitida pela Secretaria Solicitante.

3.2.4. Eventual prorrogação de prazo deverá ser solicitada pelo **DETENTOR DE PREÇO**, de forma motivada e por escrito, durante a vigência do prazo original, ficando sua concessão sujeita à análise e aprovação por parte dos responsáveis da Secretaria Solicitante.

3.2.5. Para o Item 1 – Reforma de Abrigos de Ônibus (Código 011.006.039):

3.2.5.1. O **DETENTOR DE PREÇO** será responsável pela execução integral dos serviços de reforma dos abrigos existentes, incluindo retirada, transporte, recuperação, fixação e reinstalação, conforme orientações do Município.

3.2.5.2. Os abrigos reformados deverão atender integralmente ao padrão definido para os abrigos novos, observando dimensões, materiais, pintura, acabamento e demais especificações constantes no Projeto anexo ao Termo de Referência e Edital.

3.2.6. Para o Item 2 - Fornecimento e Instalação de Abrigos de Ônibus (Código 003.009.138):

3.2.6.1. O **DETENTOR DE PREÇO** será responsável pela fabricação, fornecimento e instalação dos abrigos de ônibus, conforme modelo e especificações constantes no Projeto anexo.

3.2.6.2. O fornecimento compreende todas as etapas necessárias à plena instalação, incluindo transporte, posicionamento e fixação dos abrigos nos locais indicados, garantindo estabilidade, segurança estrutural e adequada funcionalidade.

3.3. DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DE PREÇO

3.3.1. Executar os serviços e fornecimentos em conformidade com o Termo de Referência, Edital e Projeto anexo.

3.3.2. Contar com todos os recursos necessários à execução do objeto, incluindo materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra qualificada.

3.3.3. Observar integralmente as especificações técnicas, dimensões e padrões estabelecidos no Projeto dos abrigos.

3.3.4. Assumir integral responsabilidade por todas as etapas da execução, incluindo retirada, transporte, entrega e instalação dos abrigos, bem como pelos riscos inerentes às atividades.

3.3.5. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros durante a execução do objeto.

3.3.6. Os valores propostos pelo **DETENTOR DE PREÇO** serão considerados completos e suficientes para a execução integral do objeto contratual, sendo desconsideradas quaisquer reivindicações de pagamentos adicionais.

3.3.7. O **DETENTOR DE PREÇO** deverá entregar os locais em perfeitas condições de limpeza, organização e uso, promovendo a retirada e destinação final de todos os entulhos, resíduos e materiais remanescentes, sem qualquer ônus adicional para o Município.

3.3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e o Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como, de dispor dos equipamentos, ferramentas e materiais em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, exonerando-se integralmente o Município.

3.3.9. O **DETENTOR DE PREÇO** é responsável por fornecer mão de obra qualificada para desempenhar todas as atividades relacionadas ao objeto descrito no Termo de Referência. Todos os custos associados à mão de obra, incluindo alimentação, hospedagem, transporte e deslocamento serão de responsabilidade do **DETENTOR DE PREÇO**. Além disso, será responsável pela segurança e integridade de seus funcionários durante toda a execução do contrato, exonerando-se integralmente o Município.

3.3.10. Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que executará os objetos ora contratados, serão da exclusiva responsabilidade do **DETENTOR DE PREÇO**, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

3.3.11. O DETENTOR DE PREÇO deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, responsabilizando-se pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo, de uso obrigatório, bem como, pela fiscalização do uso adequado desses equipamentos pelos seus empregados durante a execução dos serviços.

4.0. DA SECRETARIA COORDENADORA E PARTICIPANTE(S)

4.1. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública será a coordenadora e única participante desta contratação.

5.0. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

6.0. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

6.1.1. A prorrogação desta ata de registros de preços está condicionada a:

6.1.1.1. Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

6.1.1.2. Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei nº 14.133/2021.

6.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

6.3. Caso haja formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, sua vigência será definida no respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

7.0. DO CADASTRO RESERVA

7.1. O cadastro de reserva, quando formado, constará em anexo próprio desta Ata de Registro de Preços, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 6.118/2024.

7.2. Os licitantes que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas seguintes hipóteses:

7.2.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação.

7.2.2. Quando houver o cancelamento do registro do **DETENTOR DE PREÇO** ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 13.

8.0. DA ASSINATURA

8.1. Após a homologação, o **DETENTOR DO PREÇO**, será convocado para assinar a ata de registro de preços, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. O prazo de assinatura poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do **DETENTOR DO PREÇO** ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

8.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.

8.3. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições contidas no Edital e todos os anexos fornecidos junto ao mesmo, observadas as normas contidas na Lei n.º 14.133/21, neste ponto, especialmente quanto a fiscalização dos fornecimentos decorrentes.

9.2. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21.

9.3. O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.

9.4. O e-mail indicado, qual seja, será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

10. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contados da data de apresentação da proposta financeira do **DETENTOR DO PREÇO**.

10.2. Caso a execução decorrente da Ata ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses, poderá ser concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, utilizando como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

10.3. Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, será concedido equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do **DETENTOR DE PREÇO**, desde que suficientemente comprovado o desequilíbrio de forma documental, conforme Decreto Municipal nº 5.751/2021.

10.4. O equilíbrio econômico-financeiro deverá ser pleiteado, protocolizando-o no Flowdocs, sistema eletrônico instituído pela administração pública para envio e recebimento de documentos de forma online, sendo que, durante o trâmite e despacho do protocolo, a entrega do objeto deverá ser mantida, sem prejuízo à esta Municipalidade.

10.5. Caso concedido, a empresa receberá o reequilíbrio, apenas sob os empenhos gerados a partir da data do protocolo.

11.0. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS E DOS BENS FORNECIDOS

11.1. O DETENTOR DE PREÇO obriga-se a garantir a perfeita execução do objeto contratual, respondendo integralmente pela qualidade, segurança, solidez e durabilidade dos serviços executados e dos abrigos fornecidos e instalados. A garantia deverá ser prestada pelo prazo mínimo de **06 (seis) meses**, contados a partir do recebimento definitivo de cada item, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis.

11.1.1. Para o Item 1 (Código 011.006.039), a garantia abrange todos os serviços executados, bem como os materiais empregados, devendo o **DETENTOR DE PREÇO**, dentro do prazo de garantia, corrigir, às suas expensas, quaisquer defeitos, falhas construtivas ou vícios decorrentes da execução.

11.1.2. Para o Item 2 (Código 003.009.138), a garantia abrange a estrutura fornecida e a instalação realizada, devendo o **DETENTOR DE PREÇO**, dentro do prazo de garantia, reparar ou substituir, às suas expensas, qualquer componente que apresente defeito de fabricação, falha de instalação ou vício de material.

11.1.3. Durante o período de garantia o **DETENTOR DE PREÇO** deverá atender às solicitações do Município no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da notificação, promovendo a devida correção.

11.1.4. A aceitação definitiva do objeto não exime o **DETENTOR DE PREÇO** de suas responsabilidades legais e contratuais, especialmente quanto à existência de vícios ocultos ou defeitos que venham a comprometer a funcionalidade, a segurança ou a durabilidade das estruturas.

11.1.5. A garantia não abrange danos decorrentes de:

- a) Atos de vandalismo ou uso inadequado por terceiros;*
- b) Desgaste natural dos materiais, observado o uso regular, compatível com a vida útil dos componentes;*
- c) Acidentes ou intervenções externas alheias à execução do objeto;*
- d) Casos fortuitos ou de força maior.*

11.1.6. Caberá ao **DETENTOR DE PREÇO** o ônus de comprovar, mediante justificativa técnica, que o defeito decorre de alguma das hipóteses de exclusão de garantia.

12.0. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O recebimento do objeto será realizado pelo Fiscal do Contrato, nos termos do artigo 140, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, mediante verificação inicial, para efeito de conferência da conformidade dos serviços executados e/ou bens fornecidos com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Projeto;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do objeto, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados do recebimento provisório, mediante aceitação formal;

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, o fiscal informará ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.

12.2. O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil do **DETENTOR DE PREÇO** por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços executados e/ou bens fornecidos verificados posteriormente, garantindo-se à Administração as prerrogativas previstas nos artigos 18 e 19 da Lei nº 8.078/1990.

13.0. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

13.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

14.0. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, nas seguintes hipóteses quando o fornecedor:

14.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

14.1.2. Não informar o recebimento da autorização da entrega, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

14.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.5. Não formalizar contrato decorrente do registro de preços, sem justificativa razoável;

14.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item anterior será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.4. Ainda, o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

14.4.1. Por razão de interesse público;

14.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

14.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

15.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Na vigência desta Ata, o **DETENTOR DE PREÇO** estará sujeito às seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

15.1.1. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

15.1.2. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido: advertência por escrito sempre que verificadas;

15.1.3. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s): aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;

15.1.4. Dependendo da gravidade da falta: suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

15.1.5. Nos casos de falta grave: declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

15.2. Para efeitos da aplicação das sanções previstas neste item, fica a exclusivo critério do contratante a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

15.3. No caso de aplicação de multa, o **DETENTOR DE PREÇO** será notificado, por escrito, da referida sanção, tendo ele o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

15.4. Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.

15.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O **DETENTOR** da Ata de Registro de Preços, deverá comunicar ao **MUNICÍPIO**, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

16.2. Os licitantes participantes do processo licitatório devem ter pleno conhecimento de todas as disposições desta Ata, não podendo invocar nenhum desconhecimento como impeditivo do cumprimento de sua proposta ou de perfeito cumprimento da Ata.

16.3. Fica o **DETENTOR** desta Ata obrigado a manter, durante toda a execução, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme art. 92, XVI, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

16.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.5. Os preços serão registrados no Setor de Compras, que poderá requisitar, quando necessário, à celebração das contratações decorrentes, mediante a solicitação formal pelo Secretário Municipal da unidade requisitante, de contrato administrativo junto a Secretaria de Administração, durante o período da sua vigência e nas condições deste edital, sendo que as contratações serão efetuadas após manifestação favorável da Secretaria Municipal de Administração.

16.6. O preço registrado com indicação dos **DETENTORES DE PREÇO** será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.7. Aplica-se a presente Ata, no que couberem, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto Federal nº 11.462/2023 bem como os dispositivos da licitação que originou este registro.

17.0. DA COMPETÊNCIA

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Marau – RS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim.

Marau, ... de de 2026.

MUNICÍPIO DE MARAU

DETENTOR DE PREÇO